

KARL MARX, O TRABALHO E A FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA⁵

Carlos Alberto Lucena⁶

Maria de Lurdes Almeida e Silva Lucena⁷

RESUMO

Este artigo, baseado em Mesa Redonda ocorrida na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, em 2005, sobre marxismo e educação, analisa a centralidade da categoria trabalho para as análises da sociedade capitalista. Demonstra a permanência de processos precarizantes do trabalho manifestas pelo controle do capital sobre as formas de transformação da natureza e a necessidade de sua superação.

Palavras-chave: Marxismo. Trabalho. Precarização. Educação.

KARL MARX, THE WORK AND THE TRAINING OF WORKERS IN THE CAPITALIST MODE OF PRODUCTION

ABSTRACT

This article, based on Roundtable held at the Faculty of Education at the Federal University of Uberlândia in 2005 on Marxism and education, examines the centrality of the working class to the analysis of capitalist society. Demonstrates the persistence of processes precarizantes work expressed by the capital controls on ways to transform the nature and necessity of overcoming it.

⁵ Texto apresentado em Mesa Redonda sobre “Marxismo e Educação” ocorrida na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia em 2005.

⁶ Doutor em Filosofia e História da Educação. Pós-doutorado em Educação. Professor do PPGED/Faced/UFU. Pesquisador CNPQ. E-mail: carloslucena@centershop.com.br.

⁷ Doutora em Educação. Professora da Esamc e Unipac Uberlândia. E-mail: lurdeslucena@centershop.com.br.

Keywords: Marxism. Work. Precariousness. Education.

INTRODUÇÃO

Gostaria de agradecer primeiramente a oportunidade de participar desta mesa redonda sobre o marxismo e a educação. Agradeço ao Prof. Dr. Lombardi que, apesar da agenda repleta de compromissos, concordou em se deslocar a Uberlândia. Ao Prof. Dr. José Carlos Araújo por prontamente ter aceitado o convite quando discutíamos a possibilidade dessa mesa redonda, inspirada no encontro do Histedbr, em Americana. Aos colegas vinculados ao PPGED/Faced/UFU, pelo suporte para a realização dessa atividade. Da mesma forma, aos colegas da linha de pesquisa em Gestão e Políticas Públicas em Educação, que também estão ajudando a viabilizar esta e outras atividades que estão por acontecer.

Na realidade, debater o marxismo em suas diferentes dimensões em um processo estrutural tão perverso às organizações sociais constitui-se em grande desafio. Entendemos que o marxismo, apesar das críticas sobre sua incapacidade analítica, ainda é atual para as análises da sociedade. Tomamos como referência as afirmações de Frigotto ao afirmar que o marxismo não é “uma receita de felicidade”, em que a sua resolução soluciona todas as contradições que estão presentes na sociedade. O marxismo, ao contrário, é uma poderosa ferramenta de análise e transformação da so-

ciedade. Não é o pensamento marxista que cria as contradições, até porque as mesmas não são fruto do pensamento humano, mas, sim, os processos sociais presentes na materialidade da sociedade.

Entre as diferentes dimensões do pensamento marxista, tomamos como referência o debate sobre o conceito de trabalho articulado à qualificação dos trabalhadores. Na realidade, a dimensão entre qualificação e capacitação profissional é alvo de confusões no mundo do trabalho. A qualificação, ao nosso entender, é um processo superior ao da capacitação. A qualificação profissional parte do princípio da luta contra a alienação do e pelo trabalho. A negação dessa fronteira de resistência implica estabelecer as disputas no reino da capacitação, ou seja, no adestramento mais ou menos elaborado para o manuseio da máquina. Pensar o processo de qualificação implica estabelecer dimensões políticas para atuação dos trabalhadores, um processo no qual está em discussão não só a posição de classe dos trabalhadores, mas também a concepção de ciência que está presente no capitalismo.

Nesse sentido, acreditamos ser possível estabelecer um paralelo com as discussões que Marx propôs quando da discussão das máquinas, que é retomado na elaboração do Capítulo VI, inédito, do livro primeiro de **O capital**. Nesta obra, Marx afirma que, com o avanço da maquinaria e dos processos desqualificantes presentes

no trabalho concreto, ocorre uma inversão na relação máquina-homem. Ao invés de a máquina ser uma extensão dos braços dos homens, consolida-se relação inversa. São os trabalhadores que se transformam em braços das máquinas. Essa afirmação se comprova independente das diferentes formas de organização técnica da produção utilizadas pelas empresas capitalistas. Acreditamos que a afirmação proposta de transição radical da produção em massa para as tecnologias de produção japonesa – a produção enxuta – constitui-se em falsa discussão. As afirmações da necessidade inclusive de trabalhadores mais sábios para atuarem em um cenário de produção flexível não se comprovam.

Verifica-se a concretização do neotaylorismo. Um cuidado que deve ser tomado faz referência à região do país em estudo, observando as diferenças e as contradições. Um outro cuidado que deve ser tomado é que a exigência de maior escolaridade em alguns segmentos produtivos esconde um processo em que está em jogo a simplificação, o esvaziamento do conteúdo de profissões de nível superior (engenharia, tecnólogos etc) que antes estavam em posições hierárquicas chaves na organização das empresas e hoje não estão mais. Em outras palavras, não são algumas profissões que estão requerendo novos conteúdos, mas outras que estão sendo esvaziadas. O que se verifica é uma centralização radical das invenções tecnológicas aplicadas

na produção. Os processos de privatização comprovam essa afirmação. O México (petróleo) é um exemplo. A telecomunicação no Brasil é outro exemplo. Tão logo foram privatizados, os centros de produção científica foram fechados e com eles realizadas dezenas de demissões.

O CATEGORIA TRABALHO EM MARX

O conceito de trabalho em Marx ainda está em debate. Vários autores debatem essa questão, entre eles, os trabalhos de Ianni (1997), Harvey (1996), Hobsbawm (1998), Offe (1994), Mészáros (2002), Lucena (2004), Bernardo (1991a e 2000b), Pochmann (2001), Bauman (1999), Antunes (1999) entre outros.

Podemos dizer que as profundas transformações que se desenvolvem na sociedade mundial, tendo como recorte a crise do capitalismo no final dos anos 60 e metade dos 70, propiciaram a ampliação do debate em torno do mundo do trabalho. Entre as discussões propostas, está presente a defesa do “fim das utopias”, do “fim da história”, do “fim do antagonismo de classes”, do “fim da luta de classes” e o “fim do trabalho”. Entre essas concepções se apresenta o pensamento de Kurz, afirmando que a luta de classes não é o motor da história, mas sim o fetiche da mercadoria. A posição epistêmica de Gorz, ao dar “adeus ao proletariado”, entende que a noção do proletariado enquanto classe social está

superada. É também dentro dessa concepção que Habermas aponta que a teoria do valor perdeu a sua legitimidade.

Em concepção antagônica às afirmações apresentadas, está o pensamento marxiano e marxista sustentado no pressuposto de que o desenvolvimento capitalista propicia uma apropriação do saber dos trabalhadores. Marx discute nos *Grundrisse* que, para o Capital utilizar o trabalho no processo de sua valorização, não basta a existência do capitalista enquanto personificação dos meios de produção e de subsistência; é necessário que ocorra um processo histórico de dissolução de todas as relações que possibilitem ao trabalhador operar enquanto proprietário.

Podemos dizer, sendo fiel ao que Marx ainda colocou nos *Grundrisse*, que, ao contrário dos outros modos de produção, o capital não se apropria do trabalhador, mas do trabalho, mediado pela troca. Marx afirma em **O Capital** que, na sua concepção abstrata, independente de qualquer determinação social, o trabalho é condição natural de existência humana, uma condição do metabolismo entre o homem e a natureza. O processo de trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla o intercâmbio com a natureza. Nesse sentido, Engels oferece notável contribuição ao afirmar, em **A dialética da natureza**, em total negação às concepções metafísicas da

origem da espécie humana, que foi o trabalho que inventou o homem, pois foi através do trabalho que os homens desenvolveram os seus sentidos e tomaram consciência do que representa ser homem. Entendemos que o transformar da natureza desperta no homem a sua própria condição humana, manifesta na construção histórica de uma nova cultura e na percepção do mundo em que vive.

Inserido na trama de relações sociais capitalistas, o processo de trabalho é ao mesmo tempo processo de produção de mais-valia. O proprietário dos meios de produção compra do trabalhador o direito de usar sua capacidade de trabalho por um determinado período de tempo. O trabalho se materializa na mercadoria em um duplo caráter. Como valor de uso, a mercadoria é produto do trabalho concreto, como valor de troca, fruto do trabalho abstrato.

As relações entre valor de uso e de troca trazem uma série de implicações. Mészáros analisa as tendências presentes no capitalismo com relação ao valor de uso e de troca das mercadorias. **Em primeiro lugar**, o capital não trata o valor de uso e o valor de troca meramente como dimensões separadas, mas de uma maneira que o primeiro é subordinado ao último. Não importa se houver uma redução no valor de uso de uma mercadoria, pois isso não afetará o seu valor de troca. O que interessa ao capital é que a transação comercial seja realizada. O capital define “útil” e “utilidade” em

termos de vendabilidade; um imperativo que pode ser realizado sob a hegemonia e no domínio do próprio valor de troca.

Em segundo lugar, o capitalismo é uma sociedade descartável. O sistema produtivo manipula mesmo os bens duráveis, devendo os mesmos ser lançados no lixo, muito antes de esgotarem a sua vida útil. O capital tem que se expandir constantemente, não importa a grandeza adquirida. Logo, assim que uma nova tecnologia é criada, é decretada a sua morte. O desenvolvimento dos meios de produção se opõe às necessidades humanas, pois o que importa é a expansão do capital.

Em terceiro lugar, o capital inventa o consumidor como uma coisa independente e o capitalista como produtor. Ao adotar essa denominação, reduz ficticiamente o papel estratégico do trabalho a um mínimo irrelevante. A economia política burguesa do século XX reflete e legítima a mais antissocial e desumanizante tendência do capital para a eliminação brutal do trabalho vivo no processo de trabalho. O desenvolvimento tecnológico aparece como algo neutro que não pode ser detido. O desemprego é atribuído a esse fator, como se não fosse fruto das decisões humanas, um processo “sobrenatural” distante da capacidade de oposição do homem.

Todo esse processo tomou impulso com a produção manufatureira. Ela criou uma nova graduação hierárquica entre os trabalhadores e desenvolveu uma propor-

cionalidade quantitativa em que os vários trabalhos deverão participar do mesmo processo de trabalho. Com essa divisão técnica do trabalho, as intervenções individuais dos trabalhadores não têm sentido em si mesma. Nenhum trabalhador individualmente produz um objeto útil, um valor de uso. Apenas o coletivo de trabalhadores o faz.

Todas essas mudanças implicam a construção, por parte do capital, de estratégias voltadas para o controle do trabalhador. Há de se observar algumas questões. Marx afirma em **O Capital** que a capacidade física e a destreza do trabalhador impõem limites à exploração da força de trabalho, que o capital singular sente como necessidade vital para responder às demandas tanto da ampliação do mercado como para fazer frente à concorrência de outros capitalistas. Por outro lado, depende de um certo número de trabalhadores hábeis para fazer o controle da produção. Para superar essa relação de dependência em relação à habilidade do trabalhador, que exige, inclusive, um controle de natureza subjetiva do trabalhador, o capital revoluciona o instrumento de trabalho.

Marx demonstra em **O Capital** que a distinção entre as diferentes épocas econômicas não está no que se faz, mas sim na forma de utilização dos meios de trabalho. Essa relação permite visualizar o desenvolvimento da força humana de trabalho, apontando as condições sociais em que se realiza o trabalho. Mas é importante

levar em consideração que, longe de resvalar para o determinismo tecnológico, ou considerar o instrumento de trabalho neutro em relação ao meio social de onde surgiu, Marx indica tanto o seu caráter revolucionário – quando os meios de trabalho apontam para novas relações sociais de produção – como também seu papel de meio para consolidar uma nova ordem. É nesse sentido que Marx afirma em **A Miséria da Filosofia** que as categorias econômicas não são senão as expressões teóricas, as abstrações das relações sociais de produção intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas formas produtivas, os homens mudam o seu modo de produção e, mudando o modo de produção, eles mudam todas as relações sociais. Ao mesmo tempo, Marx chama a atenção nos *Grundrisse* para o fato de que as novas forças de produção e relações de produção não se desenvolvem do nada, não caem do céu nem do útero da Idéia; mas de dentro, em antítese ao desenvolvimento existente da produção e da herança constituída pelas relações de propriedade tradicionais.

Saviani, em **Sobre a Concepção de Politecnia**, afirma que é a sociedade que concerne a Ciência, que é potencial espiritual, em potencial material através da indústria. Com as mudanças que ocorreram a partir do final da Idade Média, o campo passou a se subordinar à cidade, e a agricultura à indústria. Por isso, a sociedade

moderna tende a uma industrialização da agricultura e urbanização do campo.

A ciência produz desdobramentos no processo produtivo. A Ciência é incorporada ao trabalho produtivo, transformando-se em potencial material atuando no capitalismo como um meio de produzir riqueza. A Ciência é utilizada, a princípio, como um meio de separação entre o saber e o trabalhador. Esse processo propiciou a separação entre a ciência e o trabalho direto, enquanto, nas fases anteriores da produção, a experiência e o intercâmbio limitado dos conhecimentos estavam ligados diretamente com o próprio trabalho; no capitalismo, o braço e a mente se separaram.

Marx discute, em **Introdução à Crítica da Economia Política**, que os trabalhadores são indiferentes em relação a um trabalho indeterminado. Eles tornam-se versáteis vendendo sua força de trabalho apta a receber qualquer determinação a realizar no sistema de máquinas. No afã de dominar a totalidade do mercado, massas de capital são lançadas de ramo para ramo da produção, destruindo barreiras profissionais e obrigando o trabalhador livre a mobilizar-se para acompanhar o seu curso. Ainda com relação à ciência, o capitalismo agiu revolucionariamente ao libertar as forças intelectuais da humanidade e usar suas expressões artísticas e científicas como forças produtivas. Para isso, proporcionou novos e poderosos meios de investigação da natureza e destruiu as limitações

impostas pelo artesanato que encasulavam o trabalhador em seu ofício e impediam a divulgação do seu saber. Permitiu o livre curso de homens com suas experiências e idéias entre os diversos ramos da produção. Marx afirma em **O Capital** que a máxima sabedoria do sapateiro é não passar do sapato. Porém, a liberdade imposta obedeceu a limites específicos. O capitalismo visou desqualificar os trabalhadores impedindo o seu acesso ao acervo do conhecimento da humanidade e aos meios de produção, restringindo o acesso ao saber. A sociedade moderna, que se consolidou a partir do advento do capitalismo, é uma sociedade que revoluciona constantemente as técnicas de produção, incorporando os conhecimentos da força produtiva.

Saviani afirma que existe uma contradição no capitalismo que atravessa a própria questão do conhecimento. Apesar de a Ciência, de o conhecimento, ser um meio de produção, uma força produtiva, ela deveria ser uma propriedade da classe dominante. Porém, os trabalhadores não podem ser expropriados de forma absoluta dos conhecimentos, porque sem o conhecimento eles não podem produzir, não acrescentando valor ao capital. A sociedade capitalista desenvolveu estratégias por meio das quais visa expropriar o conhecimento dos trabalhadores e devolvê-lo de forma fragmentada. A ascensão da maquinaria industrial e o taylorismo foram as expressões típicas dessa afirmação. A relação de ambos permitiu

detectar quais eram as tarefas mais simples que cada trabalhador desenvolvia. A partir daí, uma vez que essas funções foram sistematizadas, o capital apropria-se delas e devolve-as aos trabalhadores de forma parcelada. O trabalhador passa a dominar um conhecimento parcelado.

É nesse sentido que se retoma a discussão em torno das mudanças da organização técnica da produção capitalista. Independentemente de a organização técnica do capitalismo ser o fordismo, ou, em tempos atuais, o toyotismo, a lógica de produzir ainda é calçada no trabalho alienado. Não é porque os trabalhadores, na égide do taylorismo e do fordismo, realizavam tarefas parcelares, e no toyotismo executam a multifunção, que houve avanços aos trabalhadores. Exercer mais tarefas no cotidiano fabril não corresponde à elevação da sabedoria, de aproximação entre o saber e o fazer, mas sim um aumento da exploração e da intensidade do trabalho. Maior nível escolar dentro da fábrica não coincide com aumento de sabedoria no processo produtivo. Essa é uma contradição que o capitalismo apresenta, pois ao mesmo tempo que exige maior escolaridade para o trabalho, aliena e bestializa o próprio trabalho. O trabalho alienado capitalista pouco tem a oferecer, pois na realidade é ele que está à procura da apropriação gratuita dos saberes dos trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos um período histórico em que o pensamento conservador anuncia a supremacia do trabalho morto, o fim do trabalho vivo e a sobrenaturalização do desemprego enquanto fenômeno conjuntural manifesto pela incapacidade humana em sobreviver numa sociedade regida pelo mercado. Marx discutiu no **Método** da economia política, em linguagem metafórica, que a anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco, ou seja, a partir do homem você entende como é que os animais se desenvolveram, e não o contrário.

Acreditamos que as transformações na sociedade e no jeito de viver da sociedade não são processos sobrenaturais, mas dependem da ação dos homens, manifesta em suas concepções de classe social. Isso implica a construção de utopias, às vezes tão distantes subjetivamente e tão próximas objetivamente. A transição, tal qual afirma Marx em **O Capital**, do reino da necessidade para o reino da felicidade é um desafio que se coloca à humanidade, um desafio cujo percurso implica apostar nas utopias, transformado-as em realidade. Ao contrário do fim da história, construir e transformar a história são os desafios que se colocam para toda a humanidade.

Recebido em: Outubro de 2013

Aceito em: Janeiro de 2014

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Campinas: Ed. Cortez, 1995. 155p.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. 258p.
- BAUMAN, Z. **Modernidade e Ambivalência.** 1.ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.
- BERNARDO, J. **Economia dos conflitos sociais.** São Paulo: Cortez, 1991.
- BRYAN, N. A. P. **Educação, trabalho e tecnologia em Marx.** Texto para Discussão. Campinas: Unicamp, FAE, DASE, s/d. 39p.
- ENGELS, F. **A dialética da natureza.** São Paulo: Paz e Terra, 1991. Apêndice, p. 215-38.
- FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real.** São Paulo: Cortez, 2000.
- FRIGOTTO, G. A educação e formação técnico-profissional frente à globalização excludente e o desemprego estrutural. In SILVA, H. S. **A escola cidadã no contexto da Globalização.** São Paulo: Vozes 1999. p. 218-38.
- FRIGOTTO, G. Os delírios da razão; crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In Gentile P. (Org.). **Pedagogia da exclusão:** crítica ao neoliberalismo em Educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p.77-108.
- GORZ, A. **Adeus ao proletariado:** para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense - Universitária, 1987. 203p.

- HABERMAS, J. **Técnica e ciência como “ideologia”**. Lisboa: Edições 70, 1987.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996. 349p.
- HOBBSBAWM, E. J. **A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia de Letras, 1998. 598p.
- IANNI, O. **A Era do Globalismo**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. 225p.
- KURZ, R. **Os últimos combates**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997. 394p.
- LUCENA, C. **Tempos de Destruição: educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2004.
- MARX, K. **Miséria de la filosofía**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1987. 215p.
- MARX, K. **Capítulo VI (inédito) do livro primeiro de O Capital**. São Paulo: Ciências Humanas, 1985. 169p.
- MARX, K. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857 ~ 1858**. v.2. 10.ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1985.
- MARX, K. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998. 254p.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1º, v. I. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 301p.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**; Livro 1º, v. II. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 294p.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 3º, v. VI. Tradução de Reginaldo Sant’ Anna. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1984. 305p.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Tradução de Sérgio Lessa e Paulo César Castanheira. Campinas: Boitempo Editorial, 2002.
- NAPOELONI, C. **Lições sobre o capítulo sexto (inédito) de Marx**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981. p. 86-95
- POCHMANN, M. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.
- SAVIANI, D. **Sobre a concepção de politécnica**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1989. 50p.